



JASIEL IVO

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Juiz do Trabalho – TRT da 19ª Região

Crise no setor sucroenergético

Em razão da Roda de Conversa realizada no último dia 16 de junho de 2014, sobre “A crise do açúcar: economia e política em Alagoas”, realizada na Reitoria do Centro Universitário do Cismac, sob a batuta de Luiz Sávio de Almeida, coordenador do núcleo Direito, Sociedade e Violência, com a participação do Advogado Geminiano Jurema, do Professor Afonso Espíndola Filho e do Jornalista Edberto Ticianeli, no eixo “trabalho e propriedade”, que deve balizar a visão econômica, faço as seguintes considerações.

Sem dúvida o Estado de Alagoas enfrenta uma grave crise em seu principal setor econômico, qual seja o chamado “do açúcar”, que por séculos dominou a política local.

Alagoas tem sua formação histórica e seu povoamento atrelados ao açúcar, como cita Manuel Diegues Júnior.

A crise não se limita ao Estado de Alagoas, pois todo o chamado setor “sucroenergético”, como prefere ser denominado, tem amargado perda de poder e prestígio. Alagoas sofre em demasia por depender quase que exclusivamente dele, mas, nem por isso, agoniza, como quer fazer crer o setor.

Nas últimas décadas Alagoas viu sua principal atividade econômica ser exportada para outras unidades da Federação, quando usinas daqui implantaram unidades em São Paulo, Minas Gerais, etc. Viviam-se a época da crise do abastecimento do petróleo e a crença na energia limpa do álcool – bioenergia.

Fatores como a variação de preços do produto no mercado internacional, concorrendo com a Índia e a Tailândia, além, provavelmente, da política governamental de priorizar as camadas do pré-sal, aumentando a produção do combustível fóssil, levaram ao desespero os produtores do álcool da cana-de-açúcar.

Estudos de Cícero Péricles de Carvalho, demonstram que as mudanças institucionais ocorridas a partir da desregulamentação estatal, como a extinção do IAA na década de 1990 e a desativação do Proácool e até mesmo o rigor da legislação ambiental, além “do problema do endividamento e da falta de competitividade implicaram a ação de novas estratégias empresariais e a diminuição de empresas do ramo”.

Na presente quadra as notícias evidenciam várias empresas em processo de recuperação judicial e até falência, exigindo a análise sobre o impacto dessas transformações no cenário político e na equalização do poder local, sem descuidar das implicações no mercado de trabalho.

Do ponto de vista do trabalho o que se vê é a crise causando atrasos salariais, descumprimento de leis trabalhistas, como recolhimento de FGTS e também previdenciários, como as contribuições sociais.

É bem verdade que algumas empresas, como o Grupo Carlos Lyra, além de mostrar competitividade e bom desempenho, evidenciam uma preocupação com a diversificação, sendo de mencionar o plantio de eucaliptos em áreas de encosta e, cumprindo a exigência ambiental que proíbe as queimadas, fez parceria com

a GranBio, empresa que está instalando uma unidade produtora de álcool de segunda geração em São Miguel dos Campos, que aproveita e utiliza 70% da palha da cana-de-açúcar e os 30% restantes continuarão servindo para proteger o solo para a safra seguinte.

Segundo o Juiz do Trabalho Dr. Sérgio Queiroz, Titular da Vara de Coruripe, TRT de Alagoas, a solução para a região é mesmo o prometido Estaleiro, devendo haver empenho para qualificar as pessoas para a construção e depois para ocupar as vagas de trabalho no próprio estaleiro.

O Magistrado afirma que o movimento processual da Vara do Trabalho de Coruripe, hoje, 57% dos processos envolvem a Usina Laginha, que desde 2008 não recolhe FGTS, está entre 4 e 5 meses com os salários dos trabalhadores atrasados e sem pagar as rescisões dos contratos.

Ao que tudo indica algumas Usinas deixarão moer nesta safra 2014/2015, aumentando os problemas de Alagoas e a necessidade de soluções.

Os mais pessimistas já falam na substituição dos canaviais por plantações de eucaliptos, soja e até, pelo algodão, fazendo retornar a tradição histórica do Estado de Alagoas, como lembra até hoje sua bandeira.

O eucalipto não emprega praticamente ninguém, tudo é mecanizado. O produto pode ser utilizado para queimar e gerar energia.

Marcelo Pimentel Vilela, engenheiro agrônomo e coordenador da Usina Seresta, afirma que a empresa numa safra de 200 dias chega a moer 1.500.000 toneladas de cana e é capaz de gerar através do bagaço e da palha da cana - biomassa – destacando a modernização das caldeiras e a aquisição de novos equipamentos, deixando a Usina Seresta auto suficiente em energia e chegando a vender os 60% da energia excedente. Seus motores a vapor foram substituídos por motores elétricos que consomem 40% da energia produzida.

Marcelo lembra que a chamada “cana energética” ou “cana energia”, alcança o dobro da produtividade, aproveita a palha e o bagaço, mas não serve para produzir o açúcar.

Sabe-se que a exigência da mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar enfrenta sérias dificuldades com as grandes extensões de terras em áreas de várzeas e encostas. Mas também não se pode negar que o canal em Alagoas tem ocupado as áreas dos tabuleiros, favorecendo a mecanização, desde que combinada a outros fatores, como a adubação química, dentre outros.

Talvez, finalmente tenha chegado a hora de combater firmemente e com resultados efetivos as péssimas condições de trabalho a que são submetidos esses trabalhadores da colheita manual da cana-de-açúcar, que laboram em condições degradantes, como o trabalho clandestino e intermediado por cabos e empreiteiros, sem CTPS anotada, cumprindo ordens de produção que ultrapassam as possibilidades físicas humanas, além da falta de instalações sanitárias no campo, fornecimento de equi-

pamentos de proteção individual – EPIs, assegurando o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana.

As consequências físicas e sociais do trabalho no corte da cana-de-açúcar foram muito bem estudadas por Antônio Brand e Simone Beatriz Assis de Rezende, que descrevem com detalhes o esforço físico empreendido por esses trabalhadores, tratando-se de atividade altamente cansativa, com o desferimento de incontáveis golpes, em posição não ergonômica, trabalho realizado em condições ambientais adversas, como altas temperaturas, em áreas queimadas, com pouca umidade e expostos a céu aberto, sob intenso calor solar, portando roupas grossas e sobrepostas, vestimentas sem preocupação de conforto físico e térmico, que não ajudam a dissipar o calor.

Pergunta inquietante é o que fazer com a grande quantidade de trabalhadores que serão demitidos pela crise e pela mecanização. Ou, como indaga o Professor Sávio de Almeida: - Qual a falta que uma usina de açúcar faz em uma cidade?

Nos últimos oito anos de governo, foram abertas em Alagoas 100 novas empresas, segundo dados de publicidade, contraindo cerca de 50 trabalhadores cada uma. Ou seja, foram gerados 5.000 empregos diretos.

Uma Usina como a Guaxuma, por exemplo, gera por safra 5.000 empregos diretos, portanto, o impacto é muito grande numa cidade.

Mas também é certo que 70% dos empregados das usinas recebem salário mínimo, não sendo difícil concluir que a atividade econômica é incapaz de formar uma classe média.

Não é novidade para ninguém que 30% da riqueza que circula hoje em Alagoas são provenientes das políticas de transferência de rendas, como lembra o já citado economista e estudioso da economia alagoana Cícero Péricles de Carvalho.

Com isso estou afirmando a necessidade da atuação mais intensa do poder público para mitigar as consequências da crise, ampliando os programas em Alagoas, mas especificamente nas áreas atingidas, evitando o caos social.

Mesmo que se fale e com acerto, da necessidade de requalificação desses trabalhadores para ocupação de vagas em outros setores, como o da indústria da construção civil e até mesmo do setor de serviços de hotéis, bares e restaurantes – turismo, o fato é que providências são esperadas como treinamento pelo sistema SESC, SENAC, SESI, SENAI e SEBRAE.

Assim, deve-se defender o protocolo do fim imediato das queimadas dos canaviais, exigência de ordem ambiental inadiável e a completa mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar, acabando de vez com ciclo de miséria, adoecimentos e mortes dos trabalhadores.

Que a crise sirva para revolucionar essas relações nos campos alagoanos e quebrar uma trajetória que parecia não ter fim, libertando o homem trabalhador do jugo hereditário da pobreza, e que agora, finalmente, haja uma transformação pela educação das atuais e futuras gerações.